



AGROECOLOGIA NAS ELEIÇÕES

PROPOSTAS DE POLÍTICAS DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E À AGROECOLOGIA E DE PROMOÇÃO DA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ESTADO DA BAHIA NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS - 2020

INTRODUÇÃO

Este documento apresenta propostas de políticas públicas de apoio à agricultura familiar camponesa, à agroecologia, à convivência com o semiárido e de promoção da segurança alimentar e nutricional, com o objetivo de estimular e subsidiar o debate público nas próximas eleições municipais no estado da Bahia.

O documento foi elaborado pelas organizações e redes que compõem a Articulação do Semiárido da Bahia (ASA Bahia) e a Articulação de Agroecologia na Bahia (AABA), a partir de um levantamento de experiências realizado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em todos os estados do Brasil, o qual identificou em torno de 700 iniciativas de políticas e programas municipais que contribuem para o desenvolvimento da agricultura familiar agroecológica e camponesa. As iniciativas mapeadas evidenciam uma grande diversidade de possibilidades de implementação de políticas públicas a partir do poder executivo municipal, mostrando também o importante papel que têm as Câmaras de Vereadores/as. **Portanto, é chegada a hora da sociedade civil, movimentos, redes e articulações cobrarem das/os candidatas e candidatos posicionamentos e compromissos políticos em defesa e promoção da agricultura familiar camponesa, da agroecologia e da convivência com o semiárido!**

AS CRISES QUE ATRAVESSAM O BRASIL

O Brasil está mergulhado em uma grave crise econômica, política, social, cultural e ambiental, com um alto índice de pessoas desempregadas e em situação de extrema pobreza e de fome. É muito preocupante a desestruturação e o desmonte, ocorrido nos últimos anos, das políticas públicas federais direcionadas para a agricultura familiar, a convivência com o semiárido, a segurança alimentar e nutricional, a saúde e de proteção social (Sistema Único de Saúde – SUS e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS). A pandemia causada pelo coronavírus ampliou o fenômeno da fome e aprofundou as desigualdades sociais.

Entre 2004 e 2013, as políticas públicas federais de SAN oportunizaram a capacidade das famílias para produzirem e acessarem alimentos que favoreceram, conseqüentemente, uma redução significativa da fome e da insegurança alimentar. Porém, a partir de 2017-2018 verificou-se uma drástica inversão desse caminho. O Brasil regrediu o equivalente a, pelo menos, 20 anos. E o aumento da insegurança alimentar ainda foi maior nos domicílios localizados nas áreas rurais e na região Nordeste.

O drama da pandemia evidenciou a importância do SUS, das políticas sociais, do acesso a alimentos saudáveis e das ações de solidariedade dos coletivos e movimentos sociais populares. O momento atual demonstra a importância do Estado Democrático de Direito em todos os seus níveis e setores de atuação e a necessidade premente de lutar por direitos. Tornou evidente, também, a perspectiva imprescindível de reconhecer e fortalecer as iniciativas da sociedade civil organizada na construção de propostas de políticas públicas.

Diante da iminência das eleições municipais, as redes, articulações e movimentos ressaltam o valor da agricultura familiar agroecológica e da convivência com o semiárido.

Governos municipais podem e devem implementar medidas para incentivar a produção e a comercialização de alimentos sem agrotóxicos e livres de transgênicos, promover o direito humano à alimentação adequada e saudável e **apoiar a produção diversificada de alimentos nas suas áreas rurais e urbanas, garantindo a segurança alimentar e nutricional, democratizando o acesso a alimentos de qualidade e gerando oportunidades de trabalho e renda para a agricultura familiar.**

A agricultura familiar, assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais e povos indígenas podem dar respostas imediatas ao desafio de abastecer a população com alimentação saudável a preços justos. As gestões municipais devem prestar atenção especial às populações das áreas rurais, assim como ao potencial da agricultura urbana para promover a segurança alimentar e nutricional e a saúde, especialmente das famílias mais empobrecidas.

As mudanças climáticas e o aumento do desmatamento e das queimadas agravam a situação de falta de água, de alimentos e os problemas de saúde relacionados à qualidade do ar. Também são urgentes e necessárias políticas que apoiem a conservação, aproveitamento e armazenamento da água, da biodiversidade e das matas e florestas. **O poder público municipal** precisa estabelecer marcos legais que assegurem a proteção e recuperação das florestas, da biodiversidade e das fontes de água.

NA BAHIA, UMA AGENDA PROPOSITIVA FOI CONSTRUÍDA PARA INFLUENCIAR NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A situação no estado da Bahia não é diferente quanto à fome e à situação de insegurança alimentar. O cancelamento das políticas federais, apesar dos esforços do governo do Estado, tem provocado um enorme retrocesso nos avanços alcançados no combate aos flagelos da fome e da pobreza. Segundo o IBGE¹, no período 2017-2018, de 4.897.000 domicílios particulares baianos, 2.221.000 **(45,3%)** vivenciavam algum tipo de insegurança alimentar, seja leve, moderada ou grave.

Conforme o documento Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional na Bahia², em **2002** a população em condição de pobreza e extrema pobreza atingia 5.395 milhões de pessoas, isto é, 39% do total da população. Depois de mais de 10 anos de aplicação de políticas efetivas de aumento do salário mínimo, de desenvolvimento de apoio à agricultura familiar e de combate à fome e a insegurança alimentar, em **2014**, o número de pessoas nessa condição diminuiu para 1.474 milhão, o que representava 9,7%. E a partir de **2017** voltou a subir, alcançando mais

¹ Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017-2018 - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), IBGE, setembro, 2020.

² Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional na Bahia (2020), em base a dados do IBGE-PNAD Anual e Contínua. Cálculos da SEI-DIPEQ a partir do BME (PNAD Anual) e Microdados (PNAD Contínua).

de 2.828 milhões de pessoas, 18,5%, representando quase 100% de aumento do número pessoas em condições de pobreza e extrema pobreza.

As iniciativas de políticas e programas municipais mapeadas na pesquisa da ANA, ASA - BA e AABA tratam de diversos temas que vem acontecendo em muitos municípios dos biomas Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica. Entretanto, sabe-se que existem muitas outras iniciativas inovadoras espalhadas por todos os rincões e territórios da Bahia, que poderão se somar ao processo de pesquisa e sistematização realizado.

Os municípios, como espaço e tempo de vida do povo, têm papel fundamental na promoção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis e na estruturação de circuitos locais e regionais de comercialização e abastecimento, articulando o campo e a cidade, fortalecendo a agricultura familiar, a agroecologia e a alimentação saudável.

Essas iniciativas vão desde o fomento à produção, apoio a feiras camponesas e agroecológicas; a promoção da alimentação adequada e saudável e compras institucionais (a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE / Programa de Aquisição de Alimentos - PAA) e outros instrumentos de geração de demanda pela produção da agricultura familiar; educação contextualizada, no e do campo, e agroecológica; políticas de reconhecimento e proteção a territórios de povos indígenas, de comunidades tradicionais e de Fundos e Fechos de Pasto; de captação, reúso e recuperação de fontes de água; de conservação e recuperação dos bens naturais, pagamento por serviços ambientais e selo orgânico; apoio ao trabalho de resgate e multiplicação de sementes crioulas; inclusão produtiva e segurança sanitária, a exemplo do Serviço de Inspeção Municipal (SIM); assim como também experiências de agricultura urbana e apoio a grupos de mulheres.

A pesquisa demonstrou a importância das organizações da sociedade civil, redes, articulações e movimento sociais, ao tempo em que revelou espaços da democracia participativa nos municípios e a necessidade da sua consolidação. Embora também tenham sido desconstruídos pelo governo federal, é preciso criar e fortalecer espaços de diálogo entre os governos municipais e a sociedade civil, a exemplo dos diversos conselhos de políticas públicas: segurança alimentar e nutricional, alimentação escolar, saúde, desenvolvimento rural, direito das mulheres, entre outros.

Considerando a necessidade urgente de implementação de políticas públicas municipais efetivas e inspiradas na pesquisa realizada na Bahia, apresenta-se a seguir uma agenda programática organizada em campos temáticos.

A AABA e a ASA - BA reivindicam que candidatas e candidatos aos diversos cargos se comprometam com esta agenda, abordem publicamente esses temas no processo eleitoral e, caso eleitas e eleitos, dediquem seus mandatos para sua concretização.

COMERCIALIZAÇÃO, CIRCUITOS CURTOS E COMPRAS INSTITUCIONAIS:

1. Efetivação da compra direta da agricultura familiar nos municípios que compõem os respectivos Territórios de Identidade para a alimentação escolar, cumprindo o previsto na Lei nº 11.947/2009, que rege o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e exige destinar no mínimo 30% dos recursos repassados pelo governo federal para compra de produtos da agricultura familiar.
2. Criação de uma política municipal de apoio a feiras da agricultura familiar e agroecológicas, mercados de venda direta, pontos de venda e demais equipamentos públicos de abastecimento alimentar e iniciativas de economia solidária e feminista. As Prefeituras podem e devem apoiar o transporte da produção das comunidades rurais até os locais de venda, construir estruturas adequadas para as feiras e mercados, assumir os custos logísticos (energia elétrica, limpeza etc.) e apoiar as iniciativas de divulgação das feiras (carros de som, *outdoors*, programas de rádio etc.).
3. Adesão do município ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) de âmbito federal e estadual, priorizando a compra de alimentos de grupos de mulheres e de povos e comunidades tradicionais.
4. Criação de restaurantes populares no município para atendimento preferencial da população de baixa renda e destinação de no mínimo 30% dos recursos destinados à aquisição de alimentos para compra direta da agricultura familiar.
5. Criação de política municipal de incentivos fiscais a restaurantes, agroindústrias e varejo de alimentos que comercializem, ou que utilizem no preparo de alimentos, produtos oriundos da agricultura familiar, das comunidades extrativistas e de base agroecológica do próprio município ou de municípios vizinhos.

EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA E JUVENTUDES

6. Apoio efetivo às Escolas Famílias Agrícolas e à educação contextualizada, com a contratação de professoras e professores, efetivação de currículos contextualizados, melhorias das infraestruturas e inserção de conteúdos relacionados à agricultura familiar, à convivência com o semiárido, à agroecologia, à segurança alimentar e nutricional e à educação ambiental nas ações pedagógicas das escolas do campo e da cidade.
7. Criação de programas de formação e intercâmbios em agroecologia e convivência com o semiárido para jovens das áreas rurais e urbanas.

DIREITOS TERRITORIAIS DE POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

8. Instituição de leis e políticas municipais de reconhecimento e valorização dos territórios das comunidades tradicionais e de apoio às práticas e conhecimentos ancestrais dos povos na gestão da biodiversidade, estimulando práticas agroecológicas e de convivência com o semiárido nesses territórios.
9. Efetivação de política municipal de apoio aos povos tradicionais de matriz africana e povos de terreiro do município.
10. Efetivação de leis que regulamentem a implantação de parques eólicos e de energia solar, e que restrinjam as atividades de mineração e de monocultivos que impactem a agricultura familiar, as comunidades tradicionais, os mananciais de água e as florestas.

INCLUSÃO PRODUTIVA COM SEGURANÇA SANITÁRIA

11. Ampliação e efetivação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) para viabilizar o beneficiamento e a comercialização de produtos de origem animal da agricultura familiar produzidos nos municípios e Territórios de Identidade.
12. Desenvolvimento de ações para inclusão dos empreendimentos familiares, comunitários e de mulheres do município no Programa de Inclusão Produtiva e Segurança Sanitária (PRAISSAN), do sistema de vigilância sanitária, que tem como base a RDC 49/ANVISA.

SEMENTES, ÁGUAS, BIODIVERSIDADE E MEIO AMBIENTE

13. Criação de política municipal de sementes crioulas e mudas visando o fortalecimento de bancos de sementes e viveiros de mudas comunitárias; viabilização de recursos no orçamento municipal para editais e chamadas públicas visando a contratação de organizações da sociedade civil no trabalho de resgate, conservação, multiplicação e melhoramento de sementes crioulas e mudas; apoio efetivo do poder público municipal às feiras e festas de sementes crioulas e mudas nativas; criação de viveiros de mudas municipais para espécies de uso alimentar, medicinal e forrageiro.
14. Criação e efetivação de política municipal de apoio a infraestruturas para captação e armazenamento de água da chuva, destacando-se ações de construção em prédios públicos urbanos e rurais, hospitais, bibliotecas e escolas (cisternas de placas, de enxurrada e calçadão, barreiros, tanques de pedra, barragens subterrâneas), e de incentivo a ações de limpeza e ampliação de aguadas familiares e coletivas.
15. Publicação de editais para contratação de organizações da sociedade civil para desenvolver projetos de fortalecimento de redes de agroecologia e produção orgânica no município e na região.
16. Efetivação de política municipal de recomposição de nascentes e matas ciliares com sistemas agroflorestais, ações de educação ambiental e instalação de hortas escolares e comunitárias.
17. Criação de política municipal de apoio ao turismo de base comunitária.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

18. Fortalecimento de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), de caráter agroecológico, com arranjos institucionais que contemplem órgãos governamentais, cooperativas de ATER e organizações da sociedade civil, com a participação efetiva e das Secretárias Municipais de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

APOIO À PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

19. Apoio à organização produtiva das mulheres com assessoria técnica continuada, melhoria de infraestrutura e suporte para a comercialização da produção.
20. Criação de políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, com canais de denúncia e fortalecimento de delegacias especializadas no atendimento à mulher; inserção da agroecologia e da segurança alimentar e nutricional entre os temas abordados em ações do poder público municipal com mulheres vítimas de violência.

21. Efetivação de políticas de apoio e acolhimento a mulheres vítimas de violência doméstica que não tenham condições físicas, econômicas e psicológicas de retornarem aos seus locais de moradia.
22. Incentivo e estímulo a espaços de auto-organização das mulheres e de debates sobre as desigualdades de gênero.
23. Criação de estruturas coletivas que possibilitem a realização dos trabalhos de reprodução social, como restaurantes e lavanderias, além de creches comunitárias, compartilhando a responsabilidade e demonstrando que não são responsabilidade apenas das mulheres.

INFRAESTRUTURAS NAS ÁREAS RURAIS

24. Desenvolvimento de ações coordenadas e efetivas de melhoria das infraestruturas e serviços públicos nas áreas rurais (estradas, eletrificação, telefonia, *internet*, coleta de resíduos, transporte público, abastecimento de água e tratamento de efluentes), priorizando tecnologias sociais.

CULTURA E COMUNICAÇÃO

25. Apoio efetivo à divulgação dos trabalhos dos artistas dos municípios, priorizando-os na contratação para apresentações em eventos patrocinados pelas prefeituras, de editais de apoio a grupos culturais locais, da criação de espaços de aprendizagem com o trabalho remunerado de artistas locais; valorização e potencialização do trabalho das mulheres, das juventudes e das populações negras na cultura.
26. Criação de política municipal de fortalecimento de iniciativas de comunicação popular e comunitária, incluindo rádios comunitárias e portais e sítios eletrônicos de produção de notícias locais.

RESÍDUOS SÓLIDOS E COMPOSTAGEM

27. Apoio da gestão municipal a ações comunitárias de compostagem de resíduos orgânicos.
28. Apoio da gestão municipal a cooperativas de catadoras e catadores de materiais recicláveis, associando apoio material e logístico à capacitação que inclua a agroecologia e segurança alimentar e nutricional.

AGRICULTURA URBANA

29. Criação e efetivação de política municipal de desenvolvimento da agricultura urbana contemplando: editais para contratação de organizações para prestar assessoria a agricultoras e agricultores urbanas e urbanos; destinação de áreas públicas e privadas para produção diversificada de alimentos e plantas medicinais; apoio a grupos e coletivos de mulheres; fomento para a melhoria das infraestruturas de quintais e hortas comunitárias e escolares (cercas, ferramentas, equipamentos de irrigação, cisternas, sementes).

PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NO SUS

30. Efetivação da Política de Práticas Integrativas e Complementares no SUS com a participação de terapeutas populares e o incentivo ao uso das plantas medicinais

produzidas nas unidades de saúde e pela agricultura familiar, comunidades extrativistas e agricultura urbana.

CONTROLE E RESTRIÇÃO DE ATIVIDADES QUE GERAM IMPACTOS NEGATIVOS

31. Efetivação de lei que estabeleça zonas livres de agrotóxicos e de proibição da pulverização aérea no território dos municípios; desenvolvimento de ações efetivas para fiscalizar irregularidades relacionadas ao uso de agrotóxicos, com apoio do Ministério Público.
32. Criação de lei municipal de restrição do uso de transgênicos nos programas públicos de abastecimento alimentar (alimentação escolar, PAA, restaurantes populares etc.).

Por fim, para a efetivação das propostas, **é necessário que as Câmaras de Vereadores realizem audiências públicas para discussão das proposições contidas neste documento**, bem como também a criação de comissões e grupos de trabalho junto às equipes de transição dos governos eleitos, para discutir como aprimorar a participação da sociedade na discussão e efetivação das medidas aqui propostas.



Eu, _____,
candidata/o ao cargo público de _____,
no Município de _____,
Estado _____ comprometo-me a, caso eleita/o,
trabalhar em diálogo com a sociedade civil para tornar efetivas as proposições apresentadas
no documento **“Agroecologia nas Eleições: propostas de políticas de apoio à agricultura
familiar e à agroecologia e de promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional em
nosso município”**.

Nome do/a candidato/a: _____

Partido: _____

Assinatura: _____

Local e Data: _____